

OCUPAR OU DESOCUPAR? UMA REFLEXÃO SOBRE PERSPECTIVAS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS¹

Alexandre Marques da Fonsecaⁱ

Resumo

A ciência “ocidental” construiu o privilégio de “deslocalizar” seu pensamento para fazê-lo passar por universal, objetivo e neutro. Neste artigo, parte-se do pressuposto contrário, de que não existe pensamento que não esteja ligado a condições históricas e sociais particulares. Busca-se, dessa forma, analisar criticamente a manutenção do paradigma científico cartesiano nas relações internacionais (RI) e desmistificar a persistência desse “Norte” epistemológico e político na disciplina. Postula-se, por fim, a necessidade de uma leitura hermenêutica sobre aquela que seria uma política descritiva do mundo – dos “vencedores” –, ao mesmo tempo que se problematiza a intenção de “dar voz” aos *subalternos*.

Palavras chave: relações internacionais; pensamento descolonial; eurocentrismo; hermenêutica; movimento Occupy.

TO OCCUPY OR DISOCCUPY? A REFLECTION ON PERSPECTIVES IN INTERNATIONAL RELATIONS

Abstract:

Western science has constructed the privilege to “delocalize” its own thought in order to render it supposedly universal, objective and neutral. This article takes the opposite assumption, i.e., it assumes that there is no thought which is not connected to particular historical and social conditions. The article aims to critically analyze the persistence of this Cartesian scientific paradigm in International Relations (IR) and tries to demystify the persistence of this epistemological and political guiding principle in the discipline. Finally, it postulates the need for a hermeneutic reading about what might constitute a descriptive version of the World, from the “winners” point of view. It also critically questions the intention to “give voice” to the subalterns.

Keywords

International Relations; Decolonial Thinking; Eurocentrism; Hermeneutics; Occupy movement

ⁱ Alexandre Marques da Fonseca é graduado em Línguas e Relações Internacionais (FL-UP), Mestrado 1º ano em Línguas Estrangeiras Aplicadas (Univ. Rouen) e 2º ano História do Pensamento Político (ENS de Lyon); Doutorando do CES - Universidade de Coimbra. E-mail alexandremarquesfonseca@gmail.com.

Introdução

“A perspectiva é a essência da escrita.”

(Boaventura de Sousa Santos)

O movimento Occupy emergiu em 2011, durante o “ano de sonhar perigosamente” (Žižek, 2012b) ou o “ano da raiva” (Vrasti, 2012: 124). Depois da chamada Primavera Árabe, no Médio Oriente, e dos Indignados espanhóis, o movimento se tornou global em 15 de outubro, quando “indignados” de várias localizações se juntaram em assembleia pelo mundo afora.

Passados três anos, muitas questões foram levantadas e, talvez, deixadas sem resposta. Algumas foram silenciadas ou não chegaram a ser feitas, e outras ainda revelaram o que se pode chamar de “corrupto simulacro de democracia” (Kiersey, 2012: 159). No entanto, algo é certo: esse movimento, em suas variadas encarnações, mudou o diálogo político e providenciou-nos com a “tinta vermelha” da verdade (Žižek, 2013).

Perante novas (?) questões de redistribuição de riqueza, do papel do Estado em uma economia globalizada e “financeirizada”, do “novo constitucionalismo” (Gill, 2002: 47-

48) e da emergência de uma classe “transnacional capitalista” (Self, 2014),² de um novo socialismo para os ricos e um capitalismo mais cruel para os pobres³ (Stiglitz, 2009; Jones, 2014), um mercado que não é autorregulado nem “livre” (Graeber, 2011: 363; Triffin, 1978: 2), que respostas deram ou devem dar as relações internacionais (RI) e as ciências sociais? Se o movimento Occupy falhou, para que ainda procurar “ocupar” essas disciplinas? Ou será melhor procurar “desocupá-las”, isto é, “aprender a desaprender” (Mignani, 2013)?

Partindo da premissa de que esse movimento se constitui “não por exigências específicas” mas como uma “visão do mundo” (Bailey, 2012: 139), pretendo fazer deste um estudo fundamentalmente epistemológico de repensar as raízes, as perspectivas e os objetivos, bem como os territórios de uma disciplina que se tornou – ou foi desde o início – hegemônica.

O ponto de partida desse questionamento é a edição n. 5 do *Journal of Critical Globalisation Studies* (2012), devotada ao tema “Imperialism, Finance, #Occupy”. É daí que começo para logo em seguida me distanciar

¹ O autor gostaria de agradecer os comentários e a revisão de Marta Araújo e de Igor Fonseca, bem como dos dois pareceristas anônimos deste artigo.

² Tal expressão se apoia em Self (2014), que define essa classe como tendo “connections to each other [...] more significant than their ties to their home nations and governments. Forums such as [the one] at Davos are where these hyper-elites [...] become a class without a country: the new global leadership. This bloc is composed of the transnational corporations and financial institutions, the elites that manage the supranational economic planning agencies, major forces in the dominant political parties, media conglomerates and technocratic elites and state managers [...] but the core membership is businessmen [...]. What makes this class different from the traditional ruling class in previous epochs is that the interests of its members are [...] globally linked, rather than exclusively local and national in origin”.

³ Essa distinção se refere, nesse caso, exclusivamente à intervenção do poder estatal e à utilização do dinheiro público, em particular depois da crise financeira de 2008, para “salvar” bancos privados, e à aplicação de medidas de austeridade para a maioria das populações. Por exemplo, como afirma Owen Jones (2014), na Grã-Bretanha, “social security for the poor is shredded, stripped away, made ever more conditional. But welfare for large corporations and wealthy individuals is doled out like never before”.

do movimento Occupy.⁴ Um texto em particular merece atenção – e é nele que tem início o distanciamento do movimento Occupy. Em “Occupy Wall Street? Position-blindness in the new leftist revolution”, Gagyí afirma que, “ao olhar para o movimento OWS de outra posição – a partir do leste da Europa –, poderia parecer que o movimento tem falado *“em nosso nome, mas não necessariamente por nós”* (2012: 146, grifo meu).⁵

Se “somos todos 99%”,⁶ será que existem alguns que são mais 99% que outros? Será que a esquerda europeia, eurocentrada ou eurocêntrica, pode, por sua “position-blindness”, ser imperialista?⁷ Se apenas o centro, mesmo que crítico, tem legitimidade para *falar de e em nome de*, que consequências advêm para aquela que deveria ser a “disciplina global por excelência”, as RI (LaMonica, 2011: 239)?

O artigo está dividido em três partes: na primeira, são feitas algumas clarificações posicionais com base na ideia de que teoria e prática são inseparáveis; em seguida, é estudada a permanência de um norte fundador na disciplina de RI; por fim, é apresentada uma breve reflexão sobre o papel do

“investigador”, bem como dois casos de pensadores do chamado “centro metropolitano” que, embora “críticos”, podem efetivamente silenciar uma perspectiva descolonizadora.

Algumas clarificações necessárias

Localizando o pensamento

Nenhum pensamento nasce no vácuo, por isso começo este artigo como muitos militantes e intelectuais descoloniais e anticoloniais: com uma “localização” do meu próprio pensamento. Isso porque, por muito tempo, o “cientista” foi agraciado com o privilégio da “desterritorialização” de seu pensamento – aquilo a que Castro-Gómez (2005) chamou de “*hybris* do ponto zero”.

Se o pensamento científico fosse desterritorializado, poderia também ser, por consequência, objetivo, neutro e desinteressado, sendo o cientista o intérprete privilegiado dessa linguagem “imparcial”. Foi nessa “atmosfera teórica” que a disciplina de relações internacionais (RI) nasceu e na qual ainda parece imbuído um ponto ao qual retornarei.

Ao localizar meu pensamento, aproveito como exemplo – não só

⁴ A referência ao movimento Occupy (ou a outros, como dos Indignados) serve aqui a dois propósitos que, embora diferentes, se conjugam: o primeiro é a ligação com o próprio percurso intelectual que percorri – desde uma perspectiva crítica “eurocentrada” à descolonial; o segundo é procurar perceber de que forma esses diferentes entendimentos enviesaram minha visão e também a visão das relações internacionais. Essa compreensão me parece fundamental para começar a “desocupar” as relações internacionais.

⁵ No original: “[...] when viewed from another position – such as that of Eastern European – it would seem that OWS has been speaking in our name, but not necessarily for us” (grifo do original). Todas as traduções para o português são de minha responsabilidade.

⁶ Um dos principais *slogans* e, ao mesmo tempo, reivindicações do movimento Occupy que Gagyí, entre outros, problematizaram. De forma muito curta, essa autodesignação incorre em vícios similares a outras designações “superabrangeentes”, como a de “povo”.

⁷ Por “imperialista” entende-se, nesse contexto, uma atitude intelectual e simbólica – que decorre e simultaneamente (re)produz uma dominação econômica e social – sobretudo da parte dos intelectuais hegemônicos (localizados majoritariamente na Europa ou nos Estados Unidos) que, acreditando ou querendo fazer acreditar que falam pelo mundo inteiro, ignoram e apagam voluntariamente outros povos, teorias, modos de saber ou experiências (Maldonado-Torres, 2004: 32).

pelas semelhanças mas também pelas diferenças – a apresentação que Bouteldja (2014b), militante do Mouvement des Indigènes de la République (MIR), faz de si própria:

Faço parte, simultaneamente, do Sul e do Norte. Sou uma indigène da República Francesa [e] um sujeito colonial. Faço parte do “Sul do Norte”, o que faz de mim uma branca, em minha relação com o Sul, porque me benefico, direta e indiretamente, da exploração do Norte pelo Sul. Mas [...] sou igualmente uma “não branca” em relação ao “corpo legítimo” da nação francesa, isto é, àqueles que são europeus e cristãos [...]. O que faz de mim uma “branca” é o fato de viver em um país imperialista, e o que faz de mim uma “não branca” é viver em um país estruturalmente racista.

Há aí diferenças claras. A principal é que, ao contrário de Bouteldja, posso escolher “posicionar-me”, e o pensamento dessa ativista e intelectual será sempre visto como “específico” e “comprometido”. Essa constitui uma grande diferença que (se) reflete no argumento estruturante deste artigo.⁸ Sou também, em uma expressão odiosa, um “português português”, homem, branco e europeu (do Sul), o que quer dizer que não vivo a experiência direta do racismo e do sexismo estruturais. Ao mesmo tempo, tiro partido, como Bouteldja, da “exploração do Norte pelo Sul” e nasci em um país em que o

passado colonial não é (suficientemente) problematizado (Gomes & Meneses, 2011: 3 e 8; Araújo & Maeso, 2010: 259).

Contudo – e é a razão pela qual frisei o “europeu do Sul” –, também vivo em um país que, em quarenta anos, foi “resgatado” pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em três ocasiões diferentes, um país que vive, em sua maioria, ignorante dessas mesmas “ajudas estruturais” do FMI ao Sul global, que destruíram e arrasaram vidas e estruturas sociais em nome de uma dívida que é, como se sabe, impagável. É dessa posição e parcialidade que olho e olhei, que penso e pensei o “global”, com todas as vantagens e limites, pois, se Deleuze (s.d.) dizia que existe um “Terceiro Mundo” no “Primeiro Mundo” (e vice-versa), em muitos de nós também convive um Norte no Sul e um Sul no Norte.⁹

Conceptualização teórica

Antes de procurar responder à questão lançada na introdução – se as RI são realmente a disciplina global (e plural) que deveriam ser –, talvez seja necessário clarificar algumas posições de entrada, de modo que o argumento se vá clarificando e construindo. Uma das consequências do ano de 2011 foi fazer reemergir a “intuição” de Zinn (1997): “Nixon e Brezhnev têm muito mais em comum um com o outro do que temos com Nixon [...]. É como os partidos Republicano e Democrata que

⁸ Agradeço a reformulação deste parágrafo a Marta Araújo.

⁹ Essas expressões de autoanálise, embora pareçam afastar o texto de uma “análise científica da realidade”, como referiu um dos pareceristas, são aqui apresentadas exatamente para reforçar um dos pontos principais da teoria descolonial (e deste artigo): o de que não existe uma teoria ou um teórico sem “territorialidade”, sem uma experiência de vida particular e única, que dificilmente pode ser universalizada, como se constrói o discurso científico, a partir do Discurso do método, de Descartes. As tensões, hesitações, dúvidas ou interesses devem ser transparentes e tão expostas quanto possível.

clamam que vai fazer uma diferença enorme se um ou outro ganhar, mas no fundo são todos o mesmo. Basicamente, somos nós contra eles.”¹⁰

O que Zinn clama é que não existe um discurso que seja “universal”. O que existem são “posições” e movimentos fluidos e em constante mudança, é certo, mas também localizados. Se talvez seja claro quem são “eles”, é com a mesma facilidade que definimos o “nós”, os 99%? Vivemos todos em condições similares de opressão? Quantos de “nós” se identificam ou pretenderiam ser parte de “eles”? O que é relevante para o “eu” o é também para alguém do outro lado do mundo?

São talvez demasiadas e complexas perguntas, portanto definamos o “objeto” em questão. O objeto em análise são os “eles” metafóricos de que Zinn fala. Em vez de estudar o “subalterno”, reconhecendo não só os problemas dessa denominação mas também do próprio ato, pretende-se estudar, criticar e denunciar as estruturas de poder globais (Mato, 2000), nomeadamente as que se refletem nas RI.

Evita-se – ou procura-se evitar –, assim, falar pelo “outro”, alertados, entre outros, por Spivak (1988) do papel nefasto de intelectuais europeus que, embora críticos, falam *por e sobre* esse “outro” subalternizado. Precisamente por isso e localizando(-me) – física e, muitas vezes, intelectualmente – na Europa, como evitar o papel de “esquerda branca [...], intelectuais do Sul e do Norte que

criticam o colonialismo, sem abrir mão das categorias europeias”? (Grosfoguel, 2012 apud Rosa, 2014: 52).

Essa é a primeira denúncia a fazer, seguindo o conselho de Grosfoguel. É necessário reconhecer que “o colonialismo enquanto relação socioeconômica sobreviveu ao colonialismo enquanto relação política” (Santos, 2004 apud Pureza & Cravo, 2005: 9). Contudo, não será necessário igualmente evitar categorizações e prescrições “eurocêntricas” que mantêm intacto um privilégio epistêmico? Simplificando a questão, será que a solução para todos os problemas são “democracia”, “mercado livre” e uma “sociedade civil forte”? Ou, conforme pergunta Mignolo (2009: 20),

pode-se argumentar que existem “corpos” ou “regiões” que precisam de ser guiados por “corpos” ou “regiões” desenvolvidas que chegaram lá primeiro e sabem como fazê-lo. Como um liberal honesto, reconhecer-se-ia que não se quer “impor” o conhecimento e experiência, mas “trabalhar com os locais”. O problema é: que agenda vai ser implementada: a sua ou a deles?¹¹

Essa é uma reflexão essencial para qualquer militante comprometido, um “liberal honesto”, membro dos 99%, mas também para quem estuda e investiga as RI. Então, procedendo novamente de forma negativa, rejeita-se a ideia

¹⁰ No original: “Nixon and Brezhnev have much more in common with one another than we have with Nixon [...]. It’s like the Republican and Democratic parties, who claim that it’s going to make a terrible difference if one or the other wins, yet they are all the same. Basically, it is us against them.”

¹¹ No original: “You can [...] argue that there are “bodies” and “regions” in need of guidance from developed “bodies” and “regions” that got there first and know how to do it. As an honest liberal, you would recognize that you do not want to “impose” your knowledge and experience but to “work with the locals”. The problem is, what agenda will be implemented, yours or theirs?”

de que existe um “Ocidente” e que ele é não um lugar, mas sim um projeto político (Glissant apud Trouillot, 2011: 83), com todos os aparelhos teóricos e ideológicos próprios (“modernidade”, “progresso”, entre outros), um projeto político forjado a armas, aniquilação e violência, mas também fruto de uma “dominação simbólica” (Kibler, 2010), à qual retornaremos. Procurando oferecer uma tentativa de resposta ao motivo da dominação do Ocidente, nego duas “verdades” do discurso ocidental: a primeira é que a expansão ocidental decorreu de sua superioridade “natural” e imanente, e não de uma violência tanto física quanto simbólica; a segunda é que a pobreza e o “subdesenvolvimento” são condições também “naturais” do “não ocidental” (Jones, 2006a) ou “verdade” igualmente perniciosa, fruto de “erros” culturais ou da “mentalidade” desses povos (Trouillot, 2010).

Recorro precisamente a um dos maiores expoentes do “ocidentalismo”, ideólogo do “choque de civilizações”, Samuel Huntington: “O Ocidente conquistou o mundo não pela superioridade de suas ideias ou valores ou religião (aos quais poucos membros das outras civilizações se converteram), mas graças à *sua superioridade em aplicar violência organizada. Os ocidentais se esquecem frequentemente*

desse fato; os não ocidentais nunca esquecem”¹² (1997: 51, grifo meu).¹³ Finalmente, ligado a essas duas “verdades” ocidentais, entende-se a história não como uma “sequência de eventos, mas como um modo holístico de pensar o mundo” (Cox, 2010: 5) e, sobretudo, como objeto de disputa, de revisões e de revisionismos políticos. A bem dizer, uma história “factual” e “objetiva” não poderia deixar de considerar o “Ocidente” o único agente no mundo com o poder e a capacidade de manter todo o globo sob sua alçada, não deixando nenhuma margem de manobra aos “outros”.

Nesse ponto, torna-se essencial recapitular o conceito de “violência simbólica”, um “processo de submissão pelo qual os dominados percebem a hierarquia social como legítima e natural” (Kibler, 2010) ou, como Bourdieu (1991: 167) refere, citando Weber, “a domesticação dos dominados”¹⁴. Numerosos exemplos poderiam ser citados aqui,¹⁵ mas o que importa frisar são as continuidades históricas imperialistas entre o pensamento e a visão ocidental dos “outros”.

Foi esse pensamento que criou e reforça hierarquias civilizacionais, distinções binárias, “o orientalismo, distinguí[u] o sul da Europa de seu centro (Hegel) e remapeou o mundo em

¹² No original: “The West won the world not by the superiority of its ideas or values or religion (to which few members of other civilizations were converted) but rather by its superiority in applying organized violence. Westerners often forget this fact; non-Westerners never do.”

¹³ Do outro lado do espectro geopolítico, Fanon (2002: 86) não diz outra coisa quando se refere à colonização física e mental das potências ocidentais: “Chaque statue, celle de Faidherbe ou de Lyautey, de Bugeaud ou du sergent Blandan, tous ces conquistadors juchés sur le sol colonial n’arrêtent pas de signifier une seule et même chose: ‘Nous sommes ici par la force des baïonnettes [...]’”

¹⁴ Não que essa dominação – “material ou simbólica” – não engendre as próprias formas de resistência, como o próprio Bourdieu reconhece (Wacquant, 1989: 36).

¹⁵ Embora seja difícil “provar” esse ponto de forma conclusiva, pensemos, por exemplo, na visão de Hegel sobre o papel da África como nunca tendo entrado na história e uma declaração substantivamente similar do ex-presidente francês Nicolas Sarkozy em seu discurso em Dakar (Purtschert, 2010).

primeiro, segundo e terceiro” (Mignolo, 2009: 3). O círculo está completo; a ligação entre poder, violência física e simbólica, riqueza e conhecimento torna-se mais evidente. Partamos então para ocupar – ou talvez desocupar? – o “edifício” das RI.

A primeira ocupação: o edifício das RI

Sobre que fundações e de que substância foram as relações internacionais (RI) construídas e materializadas? Que papel tem seu contexto fundador em sua(s) teoria(s) dominante(s)? Como influiu sua *Weltanschauung* e seus paradigmas no *status quo* e vice-versa? Que espaço existiu ou pode existir para outras visões? Que mudanças – se algumas – existiram desde sua concepção como disciplina autônoma nos Estados Unidos no final da Primeira Guerra Mundial (Smith, 1995: 14)?

A [disciplina] relações internacionais foi formalmente estabelecida após a Primeira Guerra Mundial [...], no auge do imperialismo, quando os poderes europeus ocupavam e controlavam vastas áreas do mundo por meio de controle colonial direto. Nessa época e ao longo dos séculos anteriores, a partir dos quais as relações internacionais traçam sua herança, um conjunto profundo de concepções ideológicas e racistas era tido pelos colonizadores sobre os povos, terras e histórias colonizadas. (Jones, 2004: 4).¹⁶

Mais do que preconizar uma teoria

englobante e totalizante que terminasse em um dos muitos “neo” e “ismos” que compõem a e pululam na disciplina, o que se procura aqui é, como Chakrabarti (2007: 18), combinar a tradição analítica que permita “desmistificar a ideologia [das RI] para produzir uma crítica que procure uma ordem mais justa”, realizando, concomitantemente, uma leitura hermenêutica da própria disciplina ao tomar “seu pensamento [como] intimamente ligado a lugares e a formas particulares de vida”.

Essa combinação nos permite olhar para as RI como uma disciplina não natural nem nascida em um vazio, mas sim como a “manifestação histórica de visões em conflito, cuja unidade e identidade são o produto da vitória nesse conflito” (Smith, 1995: 3). Aliás, embora a “data de nascimento” oficial das RI seja o período que procedeu à Primeira Guerra, seria ingênuo considerar que o “internacional” já não estava na mente de muitos teóricos e pensadores que são, agora, parte do cânone filosófico e político (Shilliam, 2009: 6 e 9).

O “norte” *que guia* as RI

Se a proposição de que as RI nasceram em um contexto local norte-americano e em um período de dominação geopolítica nascente dos Estados Unidos, é minimamente consensual que a afirmação de que as RI continuam sendo dominadas por essa visão particular pode já não ser tão consensual. Aliás, a própria expressão “particular” pode ser posta em causa e

¹⁶ No original: “IR was formally established in the aftermath of the First World War [...] at the height of imperialism, when the European powers were occupying and controlling vast areas of the world through direct colonial rule. At this time and during the preceding centuries from which IR draws its heritage, a whole set of profoundly ideological and racist notions were held by the colonizers about the colonized peoples, lands and histories.”

defender-se, em vez disso, uma forma de “universalismo anglo-saxônico”¹⁷ ou afirmar até que as RI são a disciplina global (e, por isso, plural) por excelência. Essa não poderá ser a posição defendida neste texto. Parto, por isso, da mesma pergunta, aparentemente simples, descrita por Stuenkel (2012):

Qual foi a última vez que um teórico não americano de uma instituição não americana formulou uma ideia que mudou a forma como vemos o mundo? (perguntou um participante numa conferência dos *Think Tanks* de Política Externa do G20). Existe alguma ideia não americana que tenha tido um verdadeiro impacto no pensamento global [...], como o *choque de civilizações* de Samuel Huntington, o *fim da história* de Fukuyama ou o *soft power* de Joseph Nye?¹⁸

Partilho assim de uma intuição semelhante à de Stuenkel, a de que “o campo das relações internacionais é dominado, como poucas outras disciplinas, por pensadores estado-unidenses” (Stuenkel, 2012; Mata, 2014: 32). Antes de interrogar sobre que possíveis consequências advêm do “local” onde a teoria é feita, é importante procurar perceber o porquê. Por que é que, como refere

Mata (2014: 54), “enquanto a coleta e a aplicação de dados acontecem nas colônias, as teorizações são privilégio das metrópoles”?¹⁹ Por que é que, como afirma categoricamente Trouillot (1997), a “teoria é feita no centro; a cor vem das *margens*”?²⁰

As ciências sociais e humanidades têm ainda de teorizar a experiência do mundo fora do Atlântico Norte [...] a maioria dos humanistas vê a experiência histórica da maioria da humanidade como um avatar de algo cuja verdadeira face pode ser vista apenas naquilo que chamamos hoje de Ocidente. A teoria é feita no centro; a cor vem das margens. (TROUILLOT, 1997, grifo meu).²⁰

Obviamente o domínio militar, cultural e político (e também econômico) ainda é do “Norte”, nomeadamente dos Estados Unidos. No entanto, continua sendo também uma hegemonia epistemológica fundamental que faz que a maioria dos temas e das perspectivas venha “americanizada” mesmo quando não está necessariamente ligada a esse país²¹ (Stuenkel, 2012):

Os brasileiros que queiram estudar a China ou a Índia ainda são obrigados a ler livros estado-unidenses [...] sobre como pensar sobre esses

¹⁷ Tenho consciência da natureza paradoxal desse termo.

¹⁸ No original: “When was the last time a non-American thinker based at a non-American institution came up with an idea that changed the way we see the world? (asked a participant at the G20 Foreign Policy Think Tanks Summit). Is there any non-American idea that had a true impact on global thinking [...], such as Samuel Huntington’s *Clash of Civilization*, Fukuyama’s *End of History*, or Joseph Nye’s *Soft Power*?”

¹⁹ Cf. também Mignolo (2009: 1 e 9).

²⁰ No original: “[T]he social sciences and the humanities have yet to theorize the experience of the world outside the North Atlantic [...] most humanists see the historical experience of the majority of humankind only as an avatar of something of which the true face can be seen only in what we now call the West. Theory is done at the center; color comes from the margins.”

²¹ Paradoxalmente ou não, grande parte deste artigo foi realizada recorrendo à consulta de autores (homens) anglo-saxônicos, enfatizando ainda mais o argumento aqui exposto.

lugares. O mesmo é verdade em tópicos globais como terrorismo ou intervenção humanitária. Enquanto os acadêmicos sobre a China, Índia ou terrorismo estão localizados nos Estados Unidos, suas análises são inevitavelmente afetadas por sua localização geográfica e, em consequência, por interesses estado-unidenses.²²

Se os investigadores são “inevitavelmente afetados por sua localização”, majoritariamente nos Estados Unidos, será possível negar que as RI estão presas “em um casaco de forças não apenas westfaliano mas ‘ocidentófilo’”²³ e imbuídas na pressuposição de que a “agência e o poder ocidental no mundo são a única explicação”²⁴ (Hobson, 2007: 93)? Ao mesmo tempo, tudo aquilo que possa interferir na narrativa “ocidentófila” triunfante parece eliminado sob o manto de expressões como “relevância global”, “grandes ideias” ou “interesse científico”:

Os jornais científicos líderes no campo das relações internacionais escolhem artigos de “relevância global”. Ainda assim, o que é relevante e o que não é difere muito consoante a quem se pergunta.

Enquanto acadêmicos estado-unidenses possam acreditar que a proliferação nuclear, o terrorismo ou o crescimento da China são os assuntos mais importantes do mundo, [acadêmicos] africanos podem se preocupar mais com doenças infecciosas, redução da pobreza ou degradação ambiental. No entanto, esses tópicos parecerão sempre como não atrativos para os editores e pareceristas da *Foreign Affairs* ou da *Foreign Policy*. (Stuenkel, 2012).²⁵

Fazendo usado das palavras de Stuenkel, recorreremos a Mata (2014: 34) para afirmar que ver temas como “cooperação” e ‘desenvolvimento’ [como] ‘específicos’ da área de estudos africanos é revelar uma ‘desorientação ideológica’ que [só] a mentalidade imperial explicaria”. Será que é disso que se trata? De uma “arrogância epistêmica” fundacional? Se substituirmos “relevância global” por “relevância hegemônica”, o efeito será o mesmo? Ou será que, como afirmou Fanon (2002: 80), “para o colonizado, a objetividade é sempre dirigida contra ele”?

Ao mesmo tempo, um contramovimento tem emergido nas últimas décadas. No âmbito acadêmico, a denúncia da ocultação da “geo-história e da localização biográfica” (Mignolo,

²² No original: “Brazilians who seek to study China or India still need to read US-American books [...] about how to think about these places. The same is true about global topics such as terrorism and humanitarian intervention. While the leading India, China or terrorism scholars are no doubt based in the United States, their analyses are inevitably affected by their geographic location and, as a consequence, by US American interests.”

²³ No original: “Westphalian straitjacket.”

²⁴ No original: “The only game in town.”

²⁵ No original: “The world’s leading academic journals in the field of international relations choose articles on topics of “global relevance”. Yet what is relevant and what is not greatly differs on whom you ask. While US-American scholars may believe nuclear proliferation, terrorism and the rise of China are the world’s most important issues, Africans may care more about infectious diseases, poverty reduction and environmental degradation. Yet these topics will always certainly seem unappealing to the editors and reviewers of *Foreign Affairs* or *Foreign Policy*.”

2009: 2) das RI (e das ciências em geral) tem chegado lentamente das margens ao centro. Para Bourdieu e Wacquant (1999: 41), essa dissimulação é um processo de “neutralização do contexto histórico” da emergência de disciplinas ou problemáticas que se tornam efetivamente universais.²⁶

Não se pense, todavia, que esse deslocamento de um contexto histórico particular para um pretensão universalismo ocorre sem a força, o capital financeiro e a vontade de uma bateria de instituições, universidades e “*think tanks*” (Bourdieu e Wacquant, 1999: 42 e 46; Suárez-Krabbe, 2011: 195-196; Mato, 2000: 489). Em contraponto a essa maior percepção dos poderes hegemônicos que se conjugam e se servem da academia, emerge, na vida política internacional, um movimento dialético semelhante. Isto é, à medida que as chamadas “potências emergentes” ganham espaço político, econômico e geográfico no cenário internacional, mais e mais a “comunidade internacional” se torna privilégio elocutório dos presidentes ocidentais, e as intervenções militares se tornam mais repetidas e unilaterais. Tudo enquanto a “realidade” mostra que “nenhum desafio global pode ser resolvido apenas pelos Estados Unidos”

(Stuenkel, 2012).

Tendo em atenção esses dois movimentos, postulo, como Cox (2003: 133), que “a teoria segue a realidade e também precede e molda a realidade”. Assim, separar a academia, lugar pretensamente livre de valores e apolítico, e a “realidade”, em que teria lugar a disputa de visões do mundo, revela-se um gesto tão desnecessário quanto enganador.

Cabe então perguntar “onde se podem encontrar os interesses dos países em desenvolvimento²⁷ n(o) cânone” (Smith, 1995: 17). O autor conclui então que as RI continuam a se formar de um ponto de vista “ocidental branco, masculino [e] conservador” que falseia o debate, transformando-o em um debate “ocidental ou até norte-americano” (Smith, 1995: 24). Compreende-se bem que não se trata de “boas ideias”, mas sim de legitimidade hegemônica: quem pode dizer o que sobre quem? Quem pode definir o que e como se estuda? Segundo Owen Jones “Stephen Krasner capturou a essência do estado atual da teoria sobre relações internacionais nos Estados Unidos: ‘Estou certo de que as pessoas em Luxemburgo têm boas ideias’, disse ele, ‘[...] mas quem se importa? Luxemburgo não é hegemônico’” (2004: 19).²⁸

²⁶ Um exemplo interessante é a emergência do “direito internacional”, por meio das obras de Hugo Grotius, tido como um dos ‘pais fundadores’ da disciplina. O que é ofuscado é o fato de Grotius provavelmente ter agido “como conselheiro [da ‘Dutch East India Company’]” contra os juristas e interesses portugueses. Além disso, usou igualmente como precedentes legais a lei costumária marítima asiática (Liu, 2004: 28). Esse é um dos exemplos paradigmáticos que demonstra como “questões supostamente filosóficas, debatidas como universais por toda a Europa e não só, originaram-se [...] em particularidades (e conflitos) históricos próprios de um universo singular” (Bourdieu & Wacquant, 1999: 41).

²⁷ Essa expressão também se constitui problemática.

²⁸ No original: “Stephen Krasner [...] captured the essence of the present state of theorizing about International Relations in the United States: ‘Sure people in Luxemburg have good ideas,’ he said, ‘[...] but who gives a damn? Luxemburg ain’t hegemonic.’”

Uma perspectiva necessariamente incompleta

A visão dominante das RI ainda é adequada ao mundo de hoje? Que limites e fronteiras se devem derrubar? Que “globalização” se quer? Que perspectiva o “eu” tem do mundo? O que condicionou sua formação? Que perguntas seriam diferentes se não fosse essa perspectiva? Que responsabilidade tem o chamado cidadão global²⁹ no século XXI?

Não busco dar respostas a essas questões – seria impossível neste espaço limitado –, a um tão complexo problema epistemológico, fundamental e fundacional. Minha perspectiva é necessariamente incompleta, localizada e implicada em valores, movimentos e processos demasiado complexos. Por isso, talvez seja necessário reescrever a velha proposição de Marx: “Os filósofos apenas descreveram o mundo de diversas formas; o momento chegou para interpretá-lo” (Vattimo & Zabala, 2011: 17).

Vattimo e Zabala contrastam, assim, uma política ontológica dos “vencedores”, que implica uma visão descritiva e conservadora (de manutenção do “estado das coisas”) do mundo, com uma visão interpretativa, hermenêutica e engajada em uma mudança efetiva, uma visão “fraca”,³⁰ que pertenceria, nas palavras de Benjamin, à “tradição dos oprimidos” (Vattimo & Zabala, 2011: 71). Essa é também a base, para Mignolo, do

pensamento descolonial que “privilegia hermenêutica sobre epistemologia” (2011: 206).

A visão dos vencedores teria, nas RI, sua expressão mais forte no realismo, a força teórica mais conservadora no cânone da disciplina. Talvez por isso Smith (1995: 13) considere que as “teorias de RI são interessantes não pelas explicações substantivas que oferecem [...], mas como expressão dos limites da imaginação política contemporânea”. Todavia, será possível – e aí reside o problema com algumas das proposições de Vattimo e Zabala (e de outros autores) – escrever *ao lado dos com os fracos do outro lado do “pensamento abissal”* (Santos, 2007)?

Essa é a mesma pergunta com que deparo aqui – que procurei explicitar na introdução – e com que muitos investigadores deparam diariamente. Talvez seja útil, por isso, lembrar o trabalho de dois autores do Sul (geográfico e político): Ramón Grosfoguel e Daniel Mato. Se o primeiro nos alerta para os perigos e peripécias da manutenção de uma visão desenvolvimentista e linear na esquerda “radical”, o segundo rejeita a missão de “dar voz” àquelas que seriam as “classes subalternas”.

Hardt e Negri ou como ser imperialista contra o Império

No artigo “Del imperialismo de Lenin al Imperio de Hardt y Negri:

²⁹ Expressão usada correntemente e que denota o reforço dos processos globalizantes.

³⁰ Os autores não entendem sua proposição de um “pensamento débil”, no sentido de um pensamento ineficaz ou desprovido de “força” teórica. Pelo contrário, o “pensamento débil” torna-se “uma teoria (forte) de enfraquecimento como um sentido interpretativo da história, que se revela como emancipatório [...]. Em lugar de outro sistema de pensamento, essa luta [emancipatória] deve confiar em um “pensamento débil”, isto é, na ideia da impossibilidade de ultrapassar a metafísica, ao mesmo tempo que se estabelece a capacidade de viver sem valores fundadores ou legitimantes” (Vattimo & Zabala, 2011: 96-97).

‘fases superiores’ del eurocentrismo”, Grosfoguel (2008) desmistifica algumas das concepções dominantes que, desde Marx, afetam a economia política e sobretudo a extrema-esquerda europeia. Como o próprio afirma, o livro *Império*, de Hardt e Negri, não é mais do que “uma continuidade atualizada das teses eurocêntricas marxistas e leninistas de etapas do capitalismo” (Grosfoguel, 2008: 21).

Antes de explorar a tese de Grosfoguel, torna-se necessário explicar o porquê de problematizar a “esquerda europeia” nesse contexto. Para fazê-lo, recorro novamente a Bouteldja (2014a), que afirma que a esquerda, “porque é mais aliada dos *indigènes* [...], é também seu pior inimigo”. É talvez por isso que Grosfoguel (2008: 23) considere Hardt e Negri – ícones de certo “altermundialismo” – um “bom exemplo [...] de como a esquerda/branca/eurocentrada é cúmplice [...] da colonialidade do poder”.

O problema de *Império* não é tanto seu conteúdo, como sua perspectiva de partida e, sobretudo, o fato de essa perspectiva da “colonialidade do poder”³¹ – a “localização epistemológica” de Hardt e Negri do “lado dominante e colonizador” “centrada na Europa ou nos Estados Unidos” – influenciar sua visão sobre tópicos fundamentais (Grosfoguel, 2008: 23) da teoria e da militância descolonial.

O primeiro caso, que ilustra perfeitamente a crítica de Grosfoguel,

é a tese de *Império* segundo a qual “o trabalhador industrial diminuiu significativamente, dando lugar ao trabalhador intelectual”, com o capitalismo a “evoluir”³² para uma forma “cognitiva”. Aí reside o principal equívoco dos autores de *Império*. O fato é que seu “horizonte cognitivo” não lhes permite contemplar “o crescimento de *maquilladoras* na periferia neocolonial do planeta” e que, por isso, nunca como hoje houve tantos “trabalhadores industriais [...] na história do capitalismo” (Grosfoguel, 2008: 17-22).

Hardt e Negri se encontram, nesse aspecto, mais próximos daqueles(as) governantes que acreditam que o Ocidente (ou todo mundo talvez?) vive agora na chamada “economia do conhecimento”, desmaterializada e hiperconectada³³ (Boron, 2004: 32). Aí reside outra diferença fundamental para Grosfoguel e a teoria descolonial. É que, fruto quiçá de sua perspectiva, ambos menorizam a luta descolonial, tomando-a como um “projeto culminado” e subordinada à “análise dos processos de trabalho” (Boron, 2004: 24-25).

É uma distância fundamental para uma miríade de autores (Bahba, 2002: 23; Fonseca & Jerrems, 2012: 2; Hobson, 2007: 103; Jones, 2006b: 10) que olham para o fenômeno colonial como inacabado e transmutado. Para esses autores, a independência política é insuficiente em face da dependência econômica e da persistência de um modelo civilizacional que não se esgota

³¹ Expressão adaptada por Grosfoguel com base em Quijano (2000).

³² Note-se a persistência da narrativa “evolucionista”.

³³ Ao mesmo tempo que se celebrava a “vitória para a liberdade” que se diz ser a queda do Muro de Berlim, poucos lembraram os muros – visíveis em Melilla e Ceuta, no México e na Palestina – e invisíveis – que impedem, física, material e intelectualmente a “hiperconexão” da humanidade e permitem a hiperconexão do capital (o aspecto a que Negri e Hardt se referem).

na velha formulação de “superestrutura e infraestrutura”, mas que se constitui como uma “rede de relações globais de poder raciais, sexuais, de gênero, espirituais, militares e de conhecimento” (Grosfoguel, 2008: 24).

Pode-se considerar uma reação exagerada a um livro que está longe do mainstream acadêmico. É, porém, um livro que teve e tem seu impacto naqueles que lutam e se engajam por um mundo não imperial. Dessa forma, não apenas por exigência de “democratização cognitiva”, mas sobretudo pela desorientação estratégica a que pode conduzir todos aqueles que pugnam por um mundo descolonizado em todas as vertentes essa obra merece examinação. Ou, como precisa Boron (2004: 30), autor de uma das mais detalhadas críticas a *Império*, esse livro “contiene gravísimos errores de diagnóstico e interpretación que, en caso de pasar desapercibidos y ser aceptados por los grupos y organizaciones que hoy pugnan por derrotar al imperialismo, podrían llegar a ser la causa intelectual de nuevas y más duraderas derrotas”. A verdade é que, se o sofrimento do mundo é infinito, a realidade é demasiado complexa, e a capacidade humana é limitada, mais do que uma política descritiva de “vencedores” ou uma crítica contundente que se mantém em uma posição de privilégio epistemológico, o lema de Fanon, no final de *Pele negra, máscaras brancas*, impõe-se: “Ó meu corpo, faz de mim sempre um homem que interroga!” (apud Wallerstein, 2010:

5). É nesse sentido que pretendo discutir a sempre tão polêmica questão de “dar voz” aos subalternos.

É necessário deixar de falar “sobre o”, “pelo” ou “do” subalterno

Em um plano ideal, a esquerda e a direita³⁴ estarão sempre de acordo em algo: é preciso acabar com os *subalternos*. Obviamente que não pelos mesmos motivos nem da mesma forma, mas, em uma sociedade ideal, o “subalterno” não existiria. Abandonando essa descrição caricatural, não residirá na própria designação o primeiro problema? Como nota Mato, “não fico satisfeito com [...] a expressão *subalterno*, porque me parece que [...] reifica a condição social que nomeia” (2000: 499, grifo meu).

Qualquer investigador ou investigadora deverá ser atravessado pelos mesmos questionamentos que levaram Mato a se interrogar sobre seu trabalho de pesquisa. Muitos continuam empenhados em estudar o subalterno, inconscientes ou convencidos de que essa é sua missão ou a melhor forma de amparar esse “outro” necessitado (ou não) de ajuda. Mantêm-se, assim, em uma posição de privilégio epistemológico de “estudar o outro para escrever e ensinar sobre eles em línguas que lhes são estranhas” (Mato, 2000: 480).

Não pretendo aqui postular que essa posição seja errada de partida, nem em todas as condições. No entanto, as perguntas que Mato (2000: 483) coloca para esses investigadores são, acima

³⁴ Entendidas aqui como categorias de divisão e definição política, econômica e social, que emergiram depois da Revolução Francesa e indicam, de modo maniqueísta, para a esquerda um interesse “pela eliminação das desigualdades sociais” e, para a direita, a “convicção de que as desigualdades são naturais e [...] não são elimináveis”, bem como a ideia de que “os homens [...] devem submeter-se à lei do darwinismo social”, isto é, à “seleção [...] entre os indivíduos que podem se desenvolver – ‘os vencedores’ – e os que podem apenas sobreviver – ‘os perdedores’” (Nogueira da Costa, 2010, grifos do original).

de tudo, introspectivas e merecem, por isso, uma reflexão detalhada: “Quem tem interesse em extrair essa informação? Os ‘grupos subalternos’ pediram para ser estudados? Quem pode eventualmente lucrar com tal produção de conhecimento? [...] O que vão os grupos sociais ‘subalternos’ ganhar de tal produção de conhecimento?”³⁵

Talvez a seguinte reflexão ajude a ilustrar o problema fundamental: quem é que, com toda a honestidade, gostaria de se sentir “um sujeito de pesquisa, peça de museu ou imagem exótica no projeto de outras pessoas”? Frequentemente, mesmo sem intenção, é nisso que o “subalterno” se transforma ante as pesquisas “invasivas” daqueles que vêm do “centro”. Assim, retomo a pergunta de Mato: “Quem pode eventualmente lucrar com a informação produzida [sobre grupos subalternos]” (2000: 484)?

Não são os “agentes econômicos das sociedades metropolitanas” que vão se beneficiar com a “informação extraída desses grupos”? Aliás, o projeto colonial não avançou sempre desse modo, *ego conquiro* de um lado e *ego*

*cogito*³⁶ de outro (Castro-Gómez, 2005: 52; Dussel, 2000: 29)? Dessa forma, qualquer investigação “comprometida com a descolonização da investigação acadêmica” deve ponderar essas questões.

Para Mato (2000: 482 e 486), a resposta é clara: sempre que não seja possível estudar *com o* ou ao lado do subalterno,³⁷ devem-se estudar as “práticas dos agentes hegemônicos” – os “responsáveis pela injustiça social” e pela existência da subalternidade – e as “articulações globais-locais do poder”.

Eventualmente esses dois casos poderão parecer um deslocamento sociológico ou antropológico das RI. No entanto, os avisos de Grosfoguel e Mato são essenciais para estudantes e investigadores dessa disciplina. O foco no poder e a transmissão de conhecimento ao subalterno (que é também o investigador?), com todas as suas limitações, são talvez a melhor estratégia para quem está comprometido com uma descolonização substantiva nos âmbitos acadêmico, cultural e econômico.³⁸

³⁵ No original: “Who is interested in extricating this information? Have the ‘subaltern’ groups asked to be studied? Who may eventually profit from such knowledge production? [...]. What will the ‘subaltern’ social groups gain from such knowledge production?”

³⁶ Para Dussel (2000: 48), “o moderno *ego cogito* foi precedido mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do hispano-lusitano que impôs sua vontade [...] ao índio americano. A conquista do México foi o primeiro campo do *ego moderno*. A Europa (Espanha) tinha uma superioridade óbvia sobre as culturas astecas, maias, incas etc., em particular por suas armas de ferro [...]. A Europa moderna usa, desde 1492, a conquista da América Latina [...] como trampolim para ganhar ‘vantagem comparativa’ decisiva sobre suas antigas culturas antagônicas (turco-muçulmana etc.). Sua superioridade é, em grande parte, resultado da acumulação de riqueza, de experiência, conhecimento etc., que vai recolher a partir da conquista da América Latina”. Não será possível traçar um paralelo com o papel atual do exército dos Estados Unidos, um dos maiores responsáveis – se não o maior responsável – pelo avanço do conhecimento e da pesquisa científica intrinsecamente ligada à conquista militar?

³⁷ Reconhecendo, como se disse, que tal categoria não existe realmente, não passando de construção teórica.

³⁸ Gostaria de agradecer os comentários de uma das pareceristas sobre esta seção em particular e no que concerne à problemática de estudar “o subalterno” ou estudar as “articulações de poder”. Importa talvez esclarecer que não se procura rejeitar totalmente a primeira abordagem, tanto quanto se pretende

Repensar a ação ou a perspectiva?

Para concluir, um último pensador europeu merece referência. Refiro-me a Žižek (2012a), ícone cultural e confesso eurocêntrico que, em um pequeno vídeo intitulado “Don’t act. Just think”, argumenta em favor disso mesmo, ou seja, a primazia da reflexão sobre a ação. Nas palavras de Žižek, deve-se evitar “ficar preso na pressão *pseudoativista*: façamos algo, vamos etc. Não, o tempo é de pensar” (2012a).

Embora as palavras de Žižek possam induzir a olhar o pensamento e a reflexão como “não ações”, a verdade é que elas têm o mérito de prevenir certo voluntarismo e encorajam, em vez disso, uma reflexividade e um pensamento estratégico que permita “agitar o debate público [...] sem ser acusado de utópico, no pior sentido do termo” (Žižek, 2012a). Essa chamada do filósofo esloveno para refletir e (se) questionar sobre o mundo e, sobretudo, sobre a própria ação – no seguimento das proposições de Chakrabarti, Zabala e Vattimo, Boron e Fanon – deve ser

seriamente considerada.

É manifestamente inútil avançar sem uma compreensão global – que implica pluralidade e diferença, mas também conjugação e reunião (de esforços, saberes, vontades) – para as lutas que se avizinham. Não é tempo de sermos Dom Quixote “confundindo moinhos de vento com poderosos cavaleiros de lança” (Boron, 2004: 22). Esse debate é necessário hoje e, em especial, em uma disciplina como as relações internacionais (RI), que se pretende global, mas que ainda é provincial, parcial e, infelizmente, hegemônica.

Afinal, não serão atualmente as RI como o mapa-múndi criado pelo alemão Mercator, que, embora projetando o mundo inteiro de forma aparentemente igualitária, privilegia seu próprio centro, a Europa, o local onde foi produzido?³⁹ A solução não está em uma alteração de proporções ou de medidas, como na projeção de Gall-Peters, mas em uma radical mudança de centro e em uma total inversão de paradigma, que

rejeitar essa categorização (e quem tem a “legitimidade” de fazê-la) e de avançar o argumento que, ao compreender e “partilhar” os mecanismos dos poderosos, exista a possibilidade (mesmo que ínfima) não só de inverter a tradicional hierarquia do conhecimento como também de servir a essa dita classe subalterna.

³⁹ Existe uma vasta literatura sobre a projeção mais “correta” do globo terrestre. A resposta é nenhuma, visto que a distorção está sempre presente ao “esticar” uma esfera. Então, a discussão passou, por meio da projeção Gall-Peters, por exemplo, por suas implicações políticas, vista como uma projeção (pró-) terceiro-mundista. Não pretendo, por falta de espaço, discutir todas as projeções e seu impacto. Todavia, Roberts, citado em Hall (1992: 9, grifos meus), destaca a projeção de Mercator, que se tornou dominante, como tendo influenciado uma visão dos europeus de si próprios, (literalmente) no centro do mundo: “Mercator’s new ‘projection’, first used in a map in 1568 [...] drove home the idea that the land surface of the globe was naturally grouped about a European centre. So Europe came to stand in some men’s minds at the centre of the world [...]. It did not often occur to them that you could have centred Mercator’s projection in, say, China, or even Hawaii, and that Europeans might then have felt very different. The idea still hangs about, even today. Most people like to think of themselves at the centre of things [...]. Mercator helped his own civilisation to take what is now called a ‘Eurocentric’ view of the world.” É nesse sentido que utilizo o exemplo de Mercator, sem pretender afirmar que o alemão tenha propositalmente influenciado o pensamento eurocêntrico ou negar que sua projeção tenha servido sobretudo para navegações marítimas.

permita o desaparecimento dos centros e o fim de “suis” e “nortes”.

Ainda que rudimentar e modesta, a proposta deste artigo, seguindo Linda Smith (2008), não é pensar a descolonização como a “rejeição total de toda pesquisa, teoria ou conhecimento ocidental” – um empreendimento tão inútil quanto impossível. Para essa acadêmica, descolonização implica,

sim, “*centrar nossas preocupações e visões do mundo para depois saber e compreender a teoria e a pesquisa de nossa perspectiva e para nossos próprios objetivos*” (Smith, 2008: 38, grifos meus). A primeira, ou a descolonização que ainda falta completar – para o “ocidental” e o “indígena” –, é a da mente, porque “a” alternativa nunca ocorrerá sem uma substantiva mudança de perspectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, Marta & Maeso, Sílvia. (2010). Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. *Estudos de Sociologia*, v. 15, n. 28, p. 239-270.
- Bahba, Homi K. (2002) [1994]. *El lugar de la cultura*. Buenos Aires: Manantial.
- Bailey, David J. (2012). #Occupy: strategic dilemmas, lessons learned? *Journal of Critical Globalisation Studies*, n. 5, p. 138-142.
- Boron, Atilio A. (2004). *Imperio & imperialismo: una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso.
- Bourdieu, Pierre. (1991). *Language and symbolic power*. Trad. de Gino Raymond e Matthew Adamson. Cambridge: Polity Press.
- _____ & Wacquant, Loïc. (1999). On the cunning of imperialist reason. *Theory, Culture & Society*, v. 16, n. 1, p. 41-58.
- Bouteldja, Houria. (2014a). Dieudonné au prisme de la gauche blanche ou comment penser l'internationalisme domestique? *PIR*, 25 fev. 2014. Disponível em <<http://indigenes-republique.fr/dieudonne-au-prisme-de-la-gauche-blanche-ou-comment-penser-linternationalisme-domestique>>. Acesso em 15 nov. 2014.
- _____. (2014b). Sessão de encerramento do Colóquio Alice. Espelhos Estranhos. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=NKSs3jfQQDc>>. Acesso em 14 nov. 2014.

Aliás, embora esse último uso possa ter sido predominante, serviu inegavelmente não só à conquista marítima e ao tráfico de população escravizada mas também como consequência (direta ou indireta) a estabelecer o “norte” geográfico no topo do mundo e a projetar a imagem de certos países e continentes como “centrais” (dominação simbólica), além de ser um excelente exemplo da conjugação entre ego cogito e ego conquiro. A projeção de Mercator serve assim como resumo e bom exemplo da tese principal deste artigo.

- Castro-Gómez, Santiago. (2005). *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Chakrabarti, Dipesh. (2007). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Cox, Robert. (2003) [1992]. Towards a post-hegemonic conceptualization of world order: reflections on the relevancy of Ibn Khaldun. In: Rosenau, James N. & Czempiel, Ernst-Otto (orgs.). *Governance without government: order and change in world politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2010). Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in international relations. *Theory Talks*, 12 mar. 2010. Disponível em <<http://www.theory-talks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>. Acesso em 19 nov. 2014.
- Deleuze, Gilles. (s.d.). Être de gauche. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=HlgVIGK2G38>>. Acesso em 19 nov. 2014.
- Dussel, Enrique. (2000). Europa, modernidad y eurocentrismo. In: Lander, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso.
- Fanon, Frantz. (2002) [1961]. *Les Damnés de la Terre*. Paris: Éditions La Découverte/Poche.
- Fonseca, Melody & Jerrems, Ari. (2012). Why decolonise international relations theory. *BISA-ISA Joint International Conference*, Edinburgh, 20-22 June 2012. Disponível em <https://www.academia.edu/1631024/Why_Decolonise_IR_theory>. Acesso em 7 out. 2014.
- Gagyi, Agnes. (2012). Occupy Wall Street? Position-blindness in the new leftist revolution. *Journal of Critical Globalisation Studies*, n. 5, p. 143-148.
- Gill, Stephen. (2002). Constitutionalizing inequality and the clash of globalizations. *International Studies Review*, v. 4, n. 2, p. 47-65.
- Gomes, Catarina & Meneses, Maria Paula. (2011). História e colonialismo: por uma inter-historicidade. *Terra - Réseau Scientifique de Recherche et de Publication*. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/908_Por%20uma%20Inter-historicidade%20-%20Terra.pdf>. Acesso em nov. 2014.
- Graeber, David. (2011). *Debt: the first 5000 years*. New York: Melville House.
- Grosfoguel, Ramón. (2008). Del imperialismo de Lenin al Imperio de Hardt y Negri: “fases superiores” del eurocentrismo. *Universitas Humanística*, n. 65, p. 15-26.
- _____. (2012). Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 337-362.
- Hall, Stuart. (1992). The West and the rest: discourse and power. *Formations of*

modernity: introduction to sociology. London: Polity Press.

Hobson, John M. (2007). Is critical theory always for the white West and for Western imperialism? Beyond Westphalian towards a post-racist critical IR. *Review of International Studies*, v. 33, p. 9-116.

Huntington, Samuel Phillip. (1997). *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon & Schuster.

Jones, Branwen Gruffydd. (2004). From eurocentrism to epistemological internationalism: power, knowledge and objectivity in International Relations. Disponível em <<http://www.csog.group.cam.ac.uk/iacr/papers/Jones.pdf>>. Acesso em 10 set. 2014.

_____. (2006a). *Explaining global poverty: a critical realist approach*. London: Routledge.

_____. (2006b). Introduction: international relations, eurocentrism, and imperialism. In: Jones, Branwen Gruffydd (org.). *Decolonizing International Relations*. Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Jones, Owen. (2014). It's socialism for the rich and capitalism for the rest of us in Britain. *The Guardian*, 29 ago. 2014. Disponível em <<http://www.theguardian.com/books/2014/aug/29/socialism-for-the-rich>>. Acesso em 17 abr. 2015.

Kibler, Bénédicte. (2010). La violence symbolique, qu'est-ce que c'est? Disponível em <<https://benedikteibler.wordpress.com/2010/08/17/la-violence-symbolique-qu%E2%80%99est-ce-que-c%E2%80%99est/>>. Acesso em 4 nov. 2014.

Kiersey, Nicholas J. (2012). Introduction: #OCCUPYIRTHEORY? *Journal of Critical Globalisation Studies*, n. 5, p. 104-106.

LaMonica, Christopher. (2011). Appendix – Working on non-Western perspectives in both theory and practice: an interview with Christopher LaMonica. In: Shilliam, Robbie (org.). *International relations and non-Western thought: imperialism, colonialism and investigations of global modernity*. New York: Routledge.

Liu, Lydia H. (2004). *The clash of empires: the invention of China in modern world making*. Harvard: Harvard University Press.

Maldonado-Torres, Nelson. (2004). The topology of being and the geopolitics of knowledge: modernity, empire, coloniality. *City*, v. 8, n. 1, p. 29-56.

Mata, Inocência. (2014). Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocênticas. *Civitas*, v. 14, n. 1, p. 27-42.

Mato, Daniel. (2000). Not “studying the subaltern”, but studying with “subaltern” social groups, or, at least, studying the hegemonic articulations of power. *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 479-502.

Mignani, Patricia. (2013). “Desaprender para aprender”: Boaventura de Sousa Santos. Disponível em <<http://www.cucsh.udg.mx/noticia/desaprender-para-aprender->

[boaventura-de-sousa-santos](#)>. Acesso em 17 abr. 2015.

Mignolo, Walter D. (2009). Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 26, p. 1-23.

_____. (2011). *The darker side of Western modernity*. London: Duke University Press.

Nogueira da Costa, Fernando. (2010). Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. *Cidadania & Cultura*, 27 fev. 2010. Disponível em <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2010/02/27/direita-e-esquerda-razoes-e-significados-de-uma-distincao-politica>>. Acesso em 17 abr. 2015.

Pureza, José Manuel & CRAVO, Teresa. (2005). Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 71, p. 5-19.

Purtschert, Patricia. (2010). On the limit of spirit: Hegel's racism revisited. *Philosophy Social Criticism*, v. 36, n. 9, p. 1039-1051.

Quijano, Aníbal. (2000). Coloniality of power, eurocentrism, and Latin America. *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533-580.

Rosa, Marcelo C. (2014). Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. *Civitas*, v. 14, n. 1, p. 43-65.

Santos, Boaventura de Sousa. (2004). Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em <http://www.ces.fe.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf>. Acesso em abr. 2015.

_____. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 78, p. 3-46.

Self, Andrew. (2014). Class on a global scale: the emerging transnational capitalists. *The Conversation*, 27 fev. 2014. Disponível em <<http://theconversation.com/class-on-a-global-scale-the-emerging-transnational-capitalists-22940>>. Acesso em 17 abr. 2015.

Shilliam, Robbie. (2009). *German thought and international relations: rise and fall of a liberal project*. London: Palgrave Macmillan.

Smith, Linda Tuhiwai. (2008) [1999]. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. London: Zed Books.

Smith, Steve. (1995). Self-images of a discipline: a genealogy of international relations theory. In: Booth, Ken & Smith, Steve (orgs.). *International relations theory today*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press.

Spivak, Gayatri C. (1988). Can the subaltern speak? In: Nelson, Cary & Grossberg, Lawrence (orgs.). *Marxism and the Interpretation of Culture*. Chicago: University of Illinois Press

Stiglitz, Joseph E. (2009). America's socialism for the rich. *The Guardian*, 12 jun. 2009.

- Disponível em <<http://www.theguardian.com/commentisfree/2009/jun/12/america-corporate-banking-welfare>>. Acesso em 17 set. 2014.
- Stuenkel, Oliver. (2012). On the US-American hegemony over ideas that change the world. *Post-Western World*, 4 jun. 2012. Disponível em <<http://www.postwesternworld.com/2012/06/04/3381>>. Acesso em 21 maio 2014.
- Suárez-Krabbe, Julia. (2011). En la realidad. Hacia metodologías de investigación descoloniales. *Tabula Rasa*, n. 17, p. 183-204.
- Triffin, Robert. (1978). The international role and fate of the dollar. *Foreign Affairs*, v. 57, n. 2. Disponível em <<http://www.foreignaffairs.com/articles/30262/robert-triffin/the-international-role-and-fate-of-the-dollar>>. Acesso em 9 abr. 2014.
- Trouillot, Michel-Rolph. (1997). *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press.
- _____. (2010). Haiti's nightmare and the lessons of history. Disponível em <<https://nacla.org/node/6408>>. Acesso em 22 nov. 2013.
- _____. (2011). Moderno de otro modo. Lecciones caribeñas desde el lugar del salvaje. *Tabula Rasa*, n. 14, p. 79-97.
- Vattimo, Gianni & Zabala, Santiago. (2011). *Hermeneutic communism: from Heidegger to Marx*. New York: Columbia University Press.
- Vrasti, Wanda. (2012). Mic check/reality check. *Journal of Critical Globalisation Studies*, n. 5, p. 121-126.
- Wacquant, Louis. (1989). Towards a reflexive sociology: a workshop with Pierre Bourdieu. *Sociological Theory*, v. 7, n. 1, p. 26-63.
- Wallerstein, Immanuel. (2008). Ler Fanon no século XXI. Trad. de António Sousa Ribeiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 82, p. 3-12.
- Zinn, Howard. (1997). The problem is civil obedience. *The Zinn reader: writings on disobedience and democracy*. New York: Seven Stories Press. [Versão não paginada.]
- Žižek, Slavoj. (2011). Slavoj Žižek speaks at Occupy Wall Street: Transcript. *Impose Magazine*, 17 set. 2013. Disponível em <<http://www.imposemagazine.com/bytes/slavoj-zizek-at-occupy-wall-street-transcript>>. Acesso em 8 abr. 2014.
- _____. (2012a). Don't act. Just think. *Big Think*. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lgR6uaVqWsQ>>. Acesso em 10 jul. 2014.
- _____. (2012b). *The year of dreaming dangerously*. London: Verso Books.